



**PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
PCT BRA/IICA/14/001 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



Comunidade Remanescente de Quilombo Bebedouro. Bom Jesus da Lapa.

Detalhe: Escola com cerca de arame farpado.

PRODUTO 3 – Relatório Técnico contendo levantamento das informações das comunidades remanescentes de quilombos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco no Estado da Bahia (Etapa 2).

**Adalcira Santos Bezerra
Consultora
Brasília-DF
2016**

RESUMO EXECUTIVO

Este Relatório Técnico – RT3: contém o levantamento das informações das comunidades remanescentes de quilombos da BHSF, no Estado da Bahia (Etapa II). Constam, além do resumo e apresentação do teor do relatório em que são indicados o objetivo, as parcerias de governo e da sociedade civil no apoio à realização das atividades junto essas comunidades remanescentes. Além desse, compõem os sete itens, uma síntese do reconhecimento da história quilombola, fruto da organização dos movimentos, posta na Constituição de 1988 com desdobramento nas leis que a seguem, citando o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT Art 68. Apresenta um breve caminho das comunidades e um desenho do contexto do Estado da Bahia, localizado em dois territórios, um mais amplo, o Território de Identidade que abrange todas as comunidades tradicionais (incluindo quilombolas) e povos indígenas e um recorte desse primeiro, o Território do Velho Chico, onde se inscrevem os quatro territórios quilombolas e quatro municípios da Bahia, foco do trabalho. Inclui a descrição das informações reunidas no tempo de visitas técnicas, a percepção geral com comentário, por fim as referências consultadas.

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. OBJETIVOS.....	5
3. HISTÓRIA – ECOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	5
3.1. AUTO-IDENTIFICAÇÃO: Sou quilombola.....	5
4. CAMINHOS PARA A TITULAÇÃO: Territórios Quilombolas.....	6
5. RETRATO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE/ESTADO DA BAHIA: Território do Velho Chico.....	8
5.1. Território do Velho Chico e seus quilombolas.....	10
6. CAMINHOS PERCORRIDOS E DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES: Comunidades Remanescentes de Quilombos.....	15
6.1. Tomé Nunes.....	21
6.2. Comunidade Bebedouro.....	26
6.3. Comunidade Peroba.....	28
6.4. Comunidade de Barra de Parateca.....	30
7. PERCEPÇÃO DO CONTEXTO.....	36
8. COMENTÁRIOS.....	36
9. REFERÊNCIAS.....	38
ANEXOS.....	39

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por finalidade atender ao contrato de prestação de serviços de consultoria n.º 114298, relativo ao termo de referência n.º 4853 para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, para desenvolver o Relatório Técnico – RT5 contendo levantamento das informações das comunidades remanescentes de quilombos da BHSF, no Estado da Bahia (Etapa 2).

Nessa direção, o presente documento apresenta o resultado das atividades desenvolvidas para a elaboração do referido relatório técnico, com a identificação e abrangência dos programas do governo federal, direcionados e acessados para e por essas comunidades nas áreas do meio ambiente, acesso à terra e a água, educação quilombola, saúde, habitação, transporte, saneamento e infraestrutura, regularização fundiária, cultura. Igualmente os aspectos da cultura identitária ancestral, sua preservação pelas gerações atuais e futuras no artesanato, saberes tradicionais, danças, rezas, outros.

Serviram de referência, fontes do governo federal desde a Constituição Federal de 1988, o site da Fundação Palmares, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra, o Programa Brasil Quilombola – PBQ¹, Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPISP, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.

O documento está organizado em sete itens sem considerar o resumo, desde a apresentação do trabalho, o objetivo das atividades para o levantamento das informações, uma descrição do histórico sobre o reconhecimento de comunidades originárias de antepassados escravizados, inscritos na Constituição/88, a criação dos territórios identitários com o apoio do governo do Estado da Bahia, onde também estão inseridas essas comunidades. Está descrito o resultado da colheita de informações que dão conta do estágio situacional do modo de vida quilombola em relação aos programas e ações afirmativas e de reparação, um posicionamento sobre a percepção da realidade,

¹ O Programa Brasil Quilombola¹ foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, conforme segue: Eixo 1: Acesso À Terra; Eixo 2: Infraestrutura e Qualidade de Vida; Eixo 3: Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e o Eixo 4: Direitos e Cidadania.

comentários e as referências consultadas.

2. OBJETIVOS

Apresentar o resultado das atividades do levantamento das informações em comunidades remanescentes quilombos no Estado da Bahia (Etapa 2), região do Médio São Francisco.

3. HISTÓRIA – ECOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

3.1. AUTO-IDENTIFICAÇÃO: Sou quilombola

Ser quilombola é uma questão de assunção do lugar histórico que originou sua ancestralidade e que significa ser herdeiro do qual é parte e todo. Para Marques, (2008) [... É a continuidade histórica que relaciona o território fundado pelo ancestral comum aos seus moradores atuais...]. Além do fundamento histórico, o significado de comunidade se constrói a partir do compartilhamento das mesmas condições sociais e de um mesmo modo de viver, cultural, espiritual e mítico (LIMA, Et al). “O sentimento de pertencer a uma coletividade que possui uma mesma origem histórica define a comunidade” (LIMA, Et al).

O determinante histórico do SER remanescente² quilombola advém da Constituição de 1988, que inaugura pela primeira vez na história, enquanto sujeito de direito legítimo, uma luta e conquista dos movimentos negros, garantido, especificamente no Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, a saber: “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Portanto, na contramão da legislação colonial, os quilombolas passam ter direito à

² “Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”. Deste modo, comunidades remanescentes de quilombo são grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade. (http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_oque.html).

reparação de danos.

A proposta para que fosse reconhecido o direito das terras às comunidades quilombolas na Constituição Federal de 1988 foi, como resultado de um amplo processo de mobilização das comunidades negras rurais, do movimento negro urbano e de outras organizações, apresentada à Assembleia Nacional Constituinte, através de uma emenda de origem popular (SOUZA).

Com fins de representação das comunidades quilombolas, no ano de 1995, foi criado pelo movimento nacional das comunidades negras rurais a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – Conaq, fruto de uma deliberação do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado em novembro de 1995, em Brasília/DF. Em 1996 o Conaq é oficializado durante a reunião de avaliação desse encontro na cidade de Bom Jesus da Lapa – BA. A participação do Conaq na elaboração do [Decreto Federal nº 4.887 de 2003](#)³, tem grande significado, representa a principal instância de luta dos direitos quilombolas em prol do acesso à terra e das políticas afins para a garantia da cidadania.

4. CAMINHOS PARA A TITULAÇÃO: Territórios Quilombolas

Como forma de congregar as ações direcionadas às comunidades quilombolas, em 2004, o governo federal instituiu o Programa Brasil Quilombola, seguido da criação da Agenda Social Quilombola – ASQ⁴, com recursos previstos no PPA, a ser desenvolvido por dezenas de ministérios de modo a atender os objetivos para:

A garantia do acesso à terra; ações de saúde e educação; construção de moradias, eletrificação; recuperação ambiental; incentivo ao desenvolvimento local; pleno atendimento das famílias quilombolas pelos programas sociais, como o Bolsa Família; e medidas de preservação e promoção das manifestações culturais quilombolas.

Em pesquisas extraiu-se que tanto a legislação federal quanto as estaduais, orientam o “processo para a identificação até a titulação das terras quilombolas”, sendo o Incra o órgão responsável na esfera federal em acordo com o citado decreto e a [Instrução](#)

³ Regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

⁴ ASQ atua em eixos relacionados ao acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos de cidadania. A gestão da ASQ é estruturada a partir do Comitê Gestor Interministerial e tem caráter deliberativo e executivo composto por Ministérios e Secretarias Especiais.

[Normativa Incra nº 57 de 2009](#), enquanto que à Fundação Cultural Palmares coube a emissão da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos com base no mesmo decreto. A partir do decreto foi iniciado pelo Incra/SE um processo inédito no País, com a obtenção de áreas particulares para a criação do futuro território, o que se deu no final de 2013.

É importante registrar que no Brasil, as primeiras comunidades a serem tituladas contam a história de um quilombo, berço e símbolo da resistência contra a escravidão, daí a Fundação Palmares, ter criado no ano de 2007 o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, único do gênero no Brasil, em memória à luta e defesa daquele povo. O quilombo Muquém, é a materialidade do pertencimento por ser remanescente do Grande Quilombo dos Palmares, à época liderada por Zumbi dos Palmares.

O povoado de Muquém/AL, situado no pé da Serra da Barriga, segundo alguns pesquisadores, esta comunidade remonta os ancestrais de onde, de acordo com Moura (2009, p. 31), ela teria surgido há aproximadamente 150 ou 200 anos atrás, exatamente no período da escravidão no Brasil.

Para que a comunidade quilombola possa receber a titulação de suas terras, há um rito a ser seguido, iniciado pela Fundação Palmares, a partir do qual o Incra dá prosseguimento até a regularização fundiária com a posse definitiva. Então há um marco inicial seguido por sete etapas, de acordo como descritas na sequência.

Marco Inicial- Certificação, concedida pela Fundação Palmares que entre as suas atribuições está a formalização da “existência destas comunidades, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania”. Após a etapa de certificação o rito até a titulação obedece às fases descritas e sintetizadas na **Figura 1**:

1. Fase inicial – abertura do processo no Incra para reconhecimento dos Territórios Quilombolas.
2. Elaboração do RTID – Início do estudo da área visando à elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Declaração.
3. Análise e julgamento de recurso do (RTID – Após a publicação do RTID, o processo é aberto para contraditório).

4. Portaria de Reconhecimento – Portaria que declara os limites do território.
5. Decretação/encaminhamento – Decreto presidencial que autoriza a desapropriação privadas/encaminhamentos a entes públicos que tenham a posse.
6. Desintrusão – Notificação e retirada dos ocupantes.
7. Titulação – Emissão de título de propriedade coletiva para as comunidades.

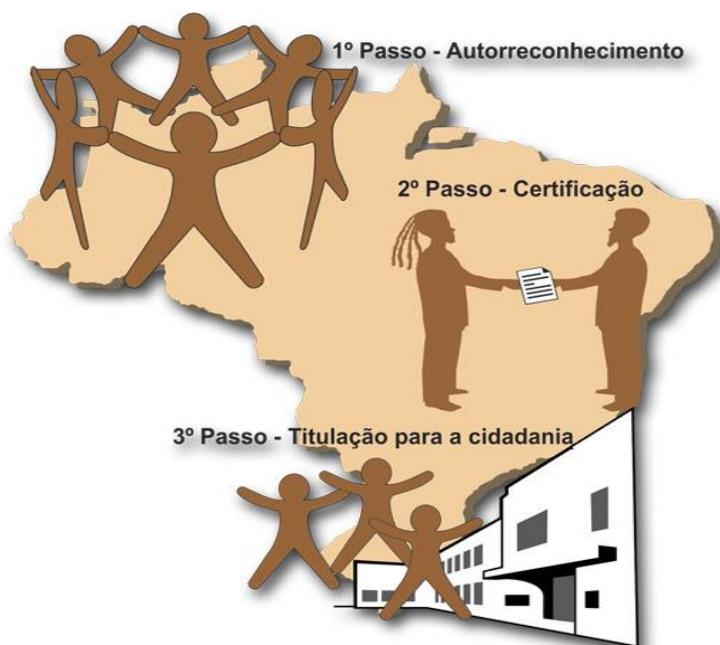


Figura 1: Síntese dos passos/fase da Certificação à Titulação. **Fonte:** Serra da Barriga.

5. RETRATO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE/ESTADO DA BAHIA: Território do Velho Chico

O Estado da Bahia, localizado na Região Nordeste do Brasil, “possui uma população estimada em 15.203.934 (estimativa 2015 - IBGE) habitantes e uma área de em km²: 564.692,669 km²”. Conta com 417 municípios especializados em 27 Territórios de Identidade nos quais estão identificadas 630 comunidades remanescentes de quilombo, segundo⁵ (Cândido, 2014).

A Bahia é o estado de maior presença negra do Brasil, com mais de 70% de sua população afro descendente e isto evidencia a implantação de uma

⁵ <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=387842191272877&set=a.805077659549326&type=3&theater>

consistente rede de dominação escravista, que perdurou por mais de 350 anos. Por outro lado, foi também na Bahia um dos lugares onde a resistência negra contra a escravidão, aflorou com mais densidade, pois além das insurreições urbanas como Búzios, Malês, etc., destacou-se o surgimento de quilombos, que se constituíram em verdadeiros símbolos da resistência e luta pela liberdade.

Com intuito de investir na melhoria da qualidade das comunidades rurais, por meio para a implantação de Políticas Públicas, foi instituído por meio do Decreto de 25 de fevereiro de 2008, o Programa Territórios da Cidadania, conforme descrito:

Art. 1º Fica instituído o Programa Territórios da Cidadania, a ser implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País.

Nesse estado, o processo se deu a partir das comunidades que compreendendo e se auto identificando com suas particularidades regionais, criaram como desdobramento dos debates com o governo estadual, 27 Territórios de Identidade (**Figura 2**), seis desses estão identificados na bacia hidrográfica do rio São Francisco, a saber: Irecê; Velho Chico; Sertão do São Francisco; Oeste Baiano; Bacia do Paramirim e Sertão Produtivo, os quais foram reconhecidos pelo Governo desse estado para a atuação no território que à época recebeu a conceituação:

O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (Governo da Bahia).

Para o presente trabalho optou-se pelo Território de Identidade Velho Chico (02) orientado pelos parceiros que dispõem do apoio logístico e técnico para elaboração do produto. A descrição segue após a ilustração apresentada pela figura 2.

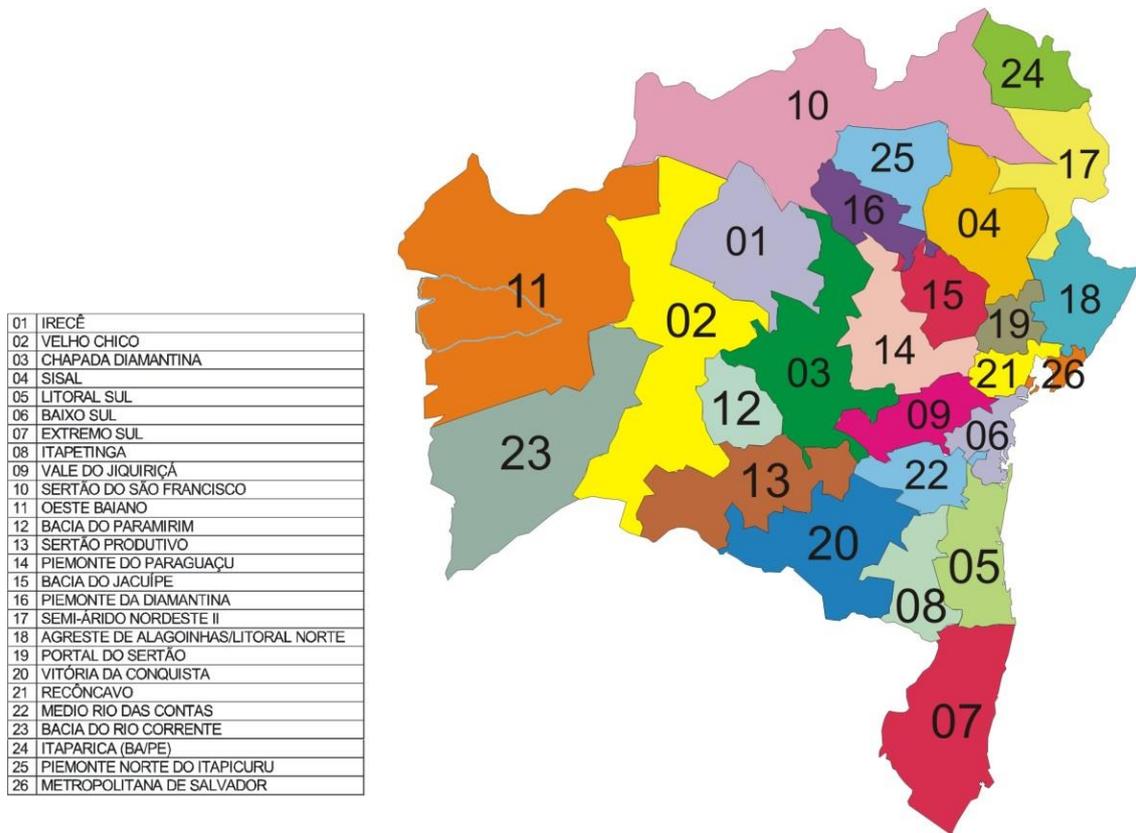


Figura 2: Mapa dos Territórios de Identidade. 02 - Território Velho Chico.

5.1. Território do Velho Chico e seus quilombolas

Situado na região do Médio São Francisco, o Território do Velho Chico está enraizado em uma região de retrocesso econômico, político e social quando o rio São Francisco, deixa de ser navegável economicamente. Historicamente foi uma região marcada pelo coronelismo, por concentração de posse de terra e colonização como consequência. Com um povo à mercê do isolamento, da violência escravista, o que pode explicar o contingente expressivo de quilombolas nessa região do estado da Bahia.

Em termos ambientais a região gozou de uma rica vegetação nativa nas margens do rio e afluentes e no território com “áreas transição cerrado/caatinga, sujeita a um clima específico, grandes formações florestais”. Nos tempos atuais os sucessivos desmatamentos tiveram como objetivo, tornar a região agrícola e de pecuária e assim cumpriu-se o destino. Nessa onda, “todos os cursos d’água e encostas marginais estão ocupados com pastagens e roçados”.

O Território Velho Chico tem como referência a calha do Rio São Francisco, no trecho denominado médio São Francisco. Na sua composição hídrica encontram-se as Bacias dos Rio Paramirim e Santo Onofre, Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Verde jacaré, Rio das Rãs e Rio Carinhanha e Bacia do Rio Verde que são seus afluentes e tributários.

Importa ressaltar que no plano inicial para a realização das atividades etapas 1 e 2, estava previsto um quantitativo em torno de vinte e duas comunidades. Contudo, foi possível quinze na etapa 1 e seis na etapa 2, que neste caso foi adequado à disponibilidade de transporte pela Codevasf e Incra para o deslocamento. Para a efetivação das atividades no período de 1 a 5/3/16 do que trata o presente relatório, dentre os dezesseis (**Figura 3**) municípios constantes desse Território, foram selecionados **sete** (Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Serra do Ramalho, Paratinga, Muquém do São Francisco, Sítio do Mato e Malhada), e **seis** comunidades remanescentes de quilombos estavam para a visita (Rio das Rãs, Bebedouro, Boa Vista Pixaim/Fazenda Grande, Barra do Parateca, Tomé Nunes e Montevidinha).

Embora a comunidade de Rio das Rãs tenha sido visitada na Etapa 1, a convite da liderança, houve retorno para assistir a uma filmagem, realizada pela TV Bahia, tendo em vista o Programa Aprovado⁶. A liderança da comunidade de Boa Vista e Pixaim, tentou remarcar outra data não sendo possível devido à inviabilidade para o agendamento do transporte para ir à comunidade de Montevidinha (Santa Maria da Vitória). Desse modo, as duas comunidades não foram visitadas. Observou-se que das quatro comunidades visitadas, a maioria está localizada às margens do rio, assim como na Etapa 1.

Como informado anteriormente nesse mesmo item, um conjunto de instituições apoiadoras, do governo federal, municipais e outros, contribuíram para a efetivação do trabalho, Etapa 2, em datas acordadas. Contamos com o acompanhamento de Quesiane Martins, Técnica da Secretaria de Educação do Município de Bom Jesus da Lapa, Cláudio Silva, coordenador da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco - CBHSF e representante das comunidades quilombolas da bacia nesse mesmo fórum. O

⁶ O Programa [Aprovado](http://gshow.globo.com/Rede-Bahia/Aprovado/noticia/2016/03/reveja-o-aprovado-de-sabado-123.html) de sábado, 12, desceu o Rio São Francisco e fez quatro paradas: Ibotirama, Xique-Xique, Barra e Bom Jesus da Lapa. Cerâmica, música, história, lendas e religiosidade fizeram parte da viagem. Na comunidade quilombola Rio das Rãs, no município de Bom Jesus da Lapa, samba de roda e capoeira são marcas da resistência da cultura afro-brasileira. Em Xique-Xique, o artista plástico Roldão faz esculturas de mais de dois metros de altura e impressiona moradores de várias cidades. Quer rever o programa? Assista aos vídeos. <http://gshow.globo.com/Rede-Bahia/Aprovado/noticia/2016/03/reveja-o-aprovado-de-sabado-123.html>.

representante da Conaq, João Santos e Carlos Tadeu da Secretaria de Agricultura – Seagri, também apoiaram essa consultoria participando das visitas.

Um conjunto de dinâmicas com adequações foram selecionadas para ser desenvolvida de acordo com o perfil dos presentes ao encontro, a saber: teia do grupo⁷, **figura 4 e 5**; mural de chita e mantendo a bola no ar.

O **quadro 1**, que segue apresenta as informações que inclui o cronograma, as seis comunidades, número de famílias por território, os municípios aonde estão inseridos, ano de certificação pela Fundação Palmares, estado situacional junto ao Inbra e instituições apoiadoras das atividades:



Fonte: Conferência de Cultura (2011).

Figura 3: Território do Velho Chico.

⁷ Em círculo os participantes devem se assentar. O Coordenador deve adquirir anteriormente um rolo grande de barbante. E o primeiro participante deve, segurando a ponta do barbante, jogar o rolo para alguém (o coordenador estipula antes ex: que gosta mais, que gostaria de conhecer mais, que admira, que gostaria de lhe dizer algo, que tem determinada qualidade, etc.) que ele queira e justificar o porquê ! A pessoa agarra o rolo, segura o barbante e joga para a próxima. Ao final torna-se uma "teia" grande. Essa dinâmica pode ser feita com diversos objetivos e pode ser utilizada também em festas e eventos como o Natal e festas de fim de ano. Ex: cada pessoa que enviar o barbante falar um agradecimento e desejar feliz festas. Pode ser utilizado também o mesmo formato da Dinâmica do Presente.



Figuras 4: Comunidade Quilombola Bebedouro. Dinâmica Teia do Grupo.



Figuras 5: Comunidade Quilombola Bebedouro. Dinâmica Teia do Grupo.

Quadro 1: Atividades em Territórios Comunidades Remanescente de Quilombos e Municípios/Bahia.

<i>PERÍODO: 01 a 05. 03.16</i>						
DATA VISITA	COMUNIDADE	Nº FAMÍLIAS	MUNICÍPIO	ANO CERTIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	APOIO VISITAS
						CCR/CBHSF
01	Rio das Rãs	800	Bom Jesus da Lapa	2004	Titulada	Codevasf
01	Peroba	55	Bom Jesus da Lapa	2012	Certificada	Codevasf
02	Bebedouro	72	Bom Jesus da Lapa	2008	Certificada	Codevasf
03	Barra do Parateca	401	Carinhanha	2006	RTID	Liderança da Comunidade
04	Tumé Nunes	80	Malhada	2004	RTID	Codevasf
04	Boa Vista Pixaim / Fazenda Grande*	----	Ibotirama	2008	RTID	Codevasf
05	Montevidinha*	-----	Santa Maria da Vitória	-----	-----	

6. CAMINHOS PERCORRIDOS E DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES: Comunidades Remanescentes de Quilombos

Foram elaboradas as estratégias para a articulação institucional, consulta em sítios governamentais, por fim as visitas em quinze comunidades, duas por dia, com fins de colher informações acerca das ações do governo federal em territórios quilombolas. O levantamento das informações sobre as ações na esfera do governo federal em comunidades quilombolas baseou-se nos eixos e alguns componentes do Programa Brasil Quilombola⁸:

- **Eixo 1:** Acesso à terra – execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas;
- **Eixo 2:** Infraestrutura e Qualidade de Vida consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;
- **Eixo 3:** Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades;
- **Eixo 4:** Direitos e Cidadania fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, estimulando a participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas, de modo a promover o acesso das comunidades ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvi-

⁸ “O Programa Brasil Quilombola foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas” (BRASIL).

mento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município onde houver comunidades remanescentes de quilombos.

Quando possível buscou-se identificar os aspectos no que tange a sua cultura, o artesanato, a religiosidade, a culinária, enfim do conjunto de características de preservação da memória e história, que tornam um território quilombola.

Das fontes consultadas estão os sítios da Fundação Palmares, Incra, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Fundação Nacional de Saúde - Funasa, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, Programa Brasil Quilombola – PQB. Também foram acessadas a Câmara Consultiva Regional do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco – CCR/CBHSF, a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – Conaq, a Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPISP, o Atlas Observatório Quilombola e artigos acadêmicos sobre o tema.

A pesquisa resultou em informações gerais sobre o estado da arte das comunidades certificadas, observou-se a existência de estudos incipientes sobre essas comunidades no Território do Velho Chico/ Região do Médio São Francisco/BA. Há informações importantes que não estão disponíveis, embora existam, como é o caso das coordenadas geográficas das comunidades visitadas e de modo geral de todas, uma vez reconhecidas.

Quando muito há referências para as consideradas emblemáticas, no contexto da luta pelo reconhecimento e conseqüente reparação, no caso, destaca-se, principalmente, a comunidade de Rio das Rãs e Mangal Barro Vermelho, citadas na Etapa 1.

Na esteira do exposto, desde a certificação e reconhecimento pela Fundação Palmares, o Incra é responsável pela regularização fundiária desde a abertura do processo para a titulação das terras em Territórios Quilombolas, à emissão de título de propriedade coletiva para as comunidades, ao final são sete etapas (ver item 3), cujos ritos são bastante morosos.

As articulações com as comunidades se deram por meio do apoio conjunto da CCR/CBHSF, prefeitura de Bom Jesus da Lapa e o Incra Regional, esses contataram e agendaram com as lideranças das comunidades dos sete municípios, propuseram uma

agenda e roteiro (**anexo 1**) convergentes para as visitas e realização das atividades. Apesar de sugerido a presença dos principais representantes de cada comunidade, entre cinco e dez pessoas, houve um número elevado em todas as visitas.

A partir da conversa com algumas lideranças sobre quais as estratégias práticas e simples para viabilidade das atividades em cada território, foi acordada a elaboração de um questionário (**anexo 2**) sobre os temas para as comunidades preencherem anterior às visitas. Essa seria uma maneira de colher os dados, depoimentos que em uma conversa presencial de duas horas poderia não ser possível. Não recebemos nenhum questionário nem foi possível aplicar durante o encontro.

6.1. Tomé Nunes



Figura 6: Acesso à Comunidade Tomé Nunes. Malhada.

O território da comunidade remanescente de quilombo, Tomé Nunes com cerca de 80 famílias, está localizada às margens do Carinhanha, um dos principais afluentes do rio São Francisco, município de Malhada onde está a 10 km. Organizados em torna da Associação dos Pequenos Produtores de Familiares da Comunidade de Remanescente de Quilombola de Tome Nunes, atualmente sob a coordenação de Dona Joanita Dias de Brito, agente de saúde.

Uma comunidade unida, em regime de mutirão foram construídas as moradias de tijolos, um espaço para a convivência da comunidade. Aprenderam a lutar pelos seus direitos, tanto que ao conhecerem a Fundação Palmares, conseguiram serem reconhecidos e certificados em 2004. A luta que segue é pela titulação do território, uma vez que todas as famílias já estão cadastradas pela equipe de antropólogos, geógrafos, cujos relatórios foram entregues. O passo seguinte é o Decreto divulgando o relatório com o prazo de até 90 dias a contestação por parte dos ocupantes da terra, os grileiros.

Conta o professor Leobino que foi um dos primeiros chegou em Espinheirão, onde por muito tempo trabalhou na terra fértil de um fazendeiro com o seu consentimento, quando conseguiu amealhar algumas economias. Por influência de terceiros para que ele não intencionasse tomar as terras do fazendeiro, este sugeriu que fosse embora, uma vez que possuía algum dinheiro para recomeçar.

Depois de contendas, o senhor aceita ir embora desde que o fazendeiro pagasse pelas benfeitorias realizadas durante tanto tempo. O fazendeiro denuncia o senhor na justiça onde o caso é resolvido em favor do senhor de uma forma bem peculiar. Para a justiça, quem levasse mais dinheiro era o dono das terras, ganhou o senhor e o fazendeiro teve que desistir. Contudo, a senhor acabou indo embora deixando tudo para traz por conselho de outro que o fazendeiro poderia mandar matá-lo.

A justiça lhe indicou uma terra abandonada do fazendeiro de nome Tomé Nunes, que perdeu toda a plantação e rebanho em uma grande enchente, desgostoso foi embora. Assim a comunidade com esse nome foi se formando, uns mandando buscar outros parentes.

Antigamente chovia distribuída durante seis meses, a terra era fértil, plantação, a lavoura é produtiva. Hoje, se não chove perde tudo com a seca e se chove perde do mesmo jeito por excesso de chuva em pouco tempo. Mesmo assim, sempre têm frutas verduras, batata, melancia, melão, maracujina, quiabo, abobora, feijão, galinha.

Ditado dos mais antigos: Quem mora na beira do Velho Chico: De fome não é de morrer, rico não é de ser, vergonha não é de ter.
--

Em conversa com Joanita Dias de Brito, 53 anos ela conta que moravam num lugar chamado Paus Preto, terra fértil perto do rio onde havia muita fartura, plantavam de tudo, ainda tinha o rio que dava muitos peixes. Um dado momento da vida chegaram pessoas

que se apossaram das terras, soltaram o gado expulsando as famílias. Assim, elas chegam em Tomé Nunes, sem nada, onde morava seu avô.

Joanita: É preciso ser forte, conviver com as agruras da terra seca e saber aproveitar os dias de bonança, quando a chuva lava o chão e faz a vida florescer.

“Olha, o nosso rio acabou...” conta com pesar Leobino Dias dos Santos Filho, 41 anos, professor na comunidade. “A água escassa diminuiu até mesmo o aparecimento dos caboclos. As lendas existem na memória. “O cumpadre d’água eu vi. Ele é um negro da cabeça pelada. Eu ia descendo do barranco e quando ele me viu, mergulhou e sumiu”, conta Joanita, que revive também as histórias dos pais e dos avós, do compadre d’água e do pai do mato.

A água para o consumo humano não é tratada, vem de cisternas ou do rio, algumas vezes é fornecida pelo exército em épocas de secas prolongadas. Na linha de serviços básicos, contam com energia elétrica. Não há posto de saúde, embora a agente de saúde seja da própria comunidade, seu nome é Joanita, também presidente da associação. Para Joanita, o atendimento de saúde é deficitário na medida em que não há médicos, dentista, enfim.

Como forma de estimular a agricultura familiar, por meio do MDA, a comunidade foi contemplada com um projeto de horta orgânica comunitária, o que possibilitou além contribuir para a redução de insegurança alimentar, permitiu a comercialização do excedente. Dessa forma estimulou práticas de sustentabilidade, capacitação técnica, organização socioeconômica para a produção agrícola familiar de diversas culturas: milho, feijão de várias qualidades (catador, de arranca na vazante do rio), maniva de mandioca e de aipim, batata doce, a depender da época, se chove mais ou não chove.

O nível de envolvimento da comunidade conduziu para que hoje forneça produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA⁹, **figura 7**, do Ministério do Desenvol-

⁹ O governo federal vai destinar R\$ 1,3 bilhão para a agricultura familiar dentro do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O programa passou a garantir a venda 30% de produtos do setor a órgãos federais, estados e municípios. A medida é uma das novidades do Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016, lançado pela presidenta Dilma Rousseff nesta segunda-feira (22) no Palácio do Planalto. <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/06/programa-de-aquisicao-de-alimentos-tera-r-1-3-bilhao>.

vimento Agrário – MDA em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e outras parcerias dos estados e municípios. Também com apoio do MDS, a comunidade conta com uma casa de farinha, onde além de atender a demanda, são feitos derivados (beiju) da mandioca para o consumo comercialização na feira de Malhada e Carinhanha.

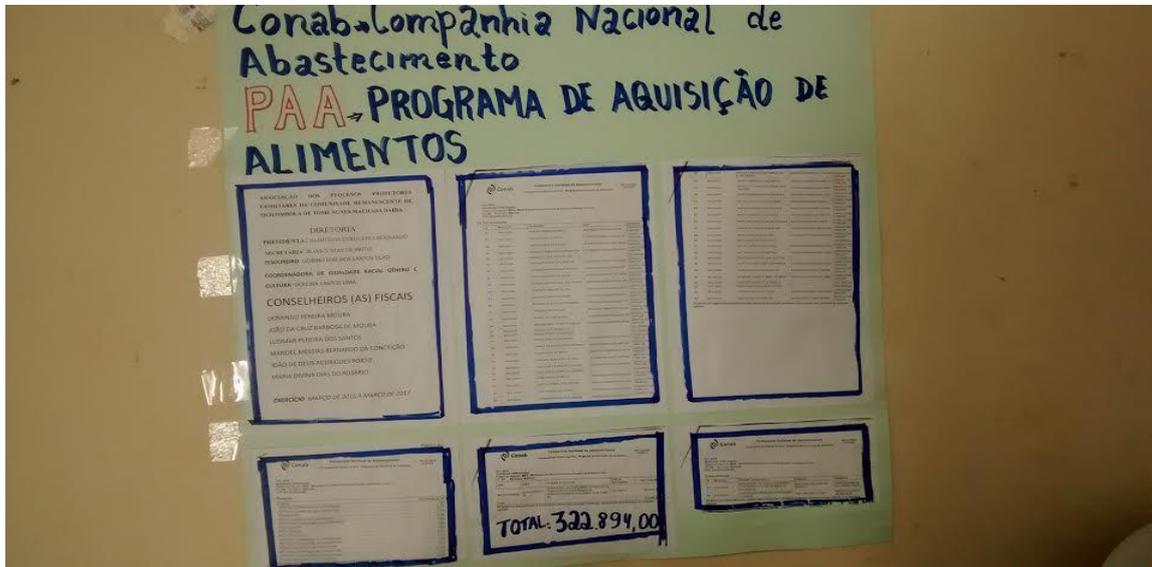


Figura 7: Mural de acompanhamento das atividades do PAA.

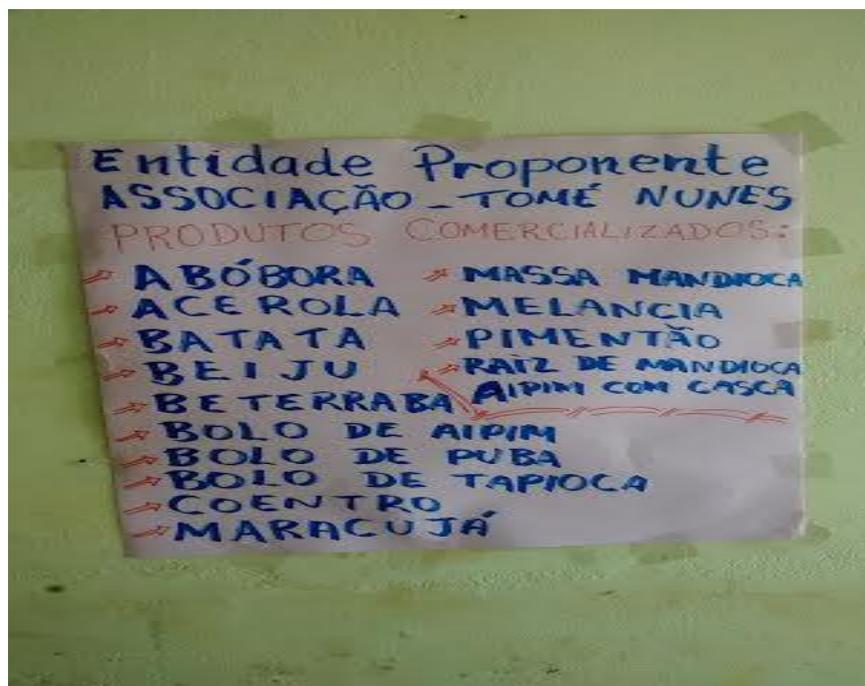


Figura 8: Lista dos produtos vendidos para o PAA.

A educação quilombola conforme orientada não existe, o material didático não é contextualizado, o Projeto Político Pedagógico não tem referência à cultura quilombola,

embora contemple alguma atividade, como informa o professor Leobino, é preciso investir na formação do professor quilombola, acrescenta. Em março de 2005 foi dado o início da construção da escola, depois a obra foi paralisada sem prestar qualquer satisfação, **figura 9**. Ainda de acordo com o professor, a comunidade tem suas raízes muito vivas, dos mais velhos às crianças, há roda para contação de histórias dos antepassados, na escola tem palestras com pessoas da comunidade e tem os grupos de dança, maculelê, capoeira e grupo de dança, **figura 10**. Uma queixa vai ao sentido de que falta de apoio e incentivo para a realização das festas populares do padroeiro e apresentações em outras comunidades quilombolas e municípios.



Figura 9: Placa do governo Federal. Escola em construção.



Figura 10: Grupo de dança de Tomé Nunes.

Sem meio de transporte disponibilizado, o arranjo para o deslocamento se dá entre os comunitários. As condições da estrada são razoáveis e a distância da comunidade até Malhada é de 10 km.

O aspecto ambiental vem sendo um foco de atenção, pois evitam o desmatamento, há áreas que estão cercadas para a regeneração, mas a parte da terra que ainda está com os fazendeiros e pertencem à comunidade, tem muito gado, por isso desmatam. O rio São Francisco foi limpo, piscoso, com pouco desmatamento nas margens, hoje todo ele está minguando, não dá mais para viver dele como antigamente.

Quanto às manifestações religiosas e culturais, com certa reserva devido ao preconceito, há uma junção entre práticas católicas e originárias do candomblé, o que deixa claro a presença do sincretismo. Ainda há benzedeadas ainda estão presentes, são reconhecidas e valorizadas na comunidade. Não foi percebida presença de igrejas evangélicas, embora alguns moradores tenham demonstrado, não claramente, que são adeptos.

6.2. Comunidade Bebedouro

A comunidade quilombola Bebedouro reúne aproximadamente 80 famílias, pertence ao município de Bom Jesus da Lapa onde está a cerca de 50 km.

Uma questão que vem causando impacto negativo socioambiental na comunidade é o empreendimento da Valec Engenharia, para a construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste, que não reconhece os quilombolas, como sujeito de direito, segundo depoimento de Abraão Rodrigues Borges, presidente da associação. Além do desmatamento de espécies nativas sem nenhum controle, a empresa mantém um viveiro de mudas de espécies exóticas, a exemplo do nim, para a distribuição na comunidade.

Cumprir informar que essa planta tem poder inseticida o que é altamente danoso para fauna e flora, principalmente para as abelhas. **“O cultivo da espécie e sua proliferação estão provocando prejuízos a outras espécies vegetais e até animais, uma vez que possui também propriedades repelentes”**¹⁰. As pessoas sem conhecimento estão plantando muitas dessas mudas em lugar de plantar as espécies nativas. O senhor Abraão complementou que já entrou com uma representação junto ao Ministério Público da Bahia, pedindo providências para a atuação inadequada da empresa e que foi fruto de vistoria de uma Fiscalização Preventiva Integrada – FPI, do Núcleo de Defesa da Bacia do São Francisco – Nusf/Ministério Público da Bahia, coordenado pela Coordenadora dos Promotores de Meio Ambiente da Bacia do São Francisco.

Dona Maria da Conceição, diz que o ambiente ficou mais sofrido, as culturas são perdidas, há falta de água nas cisternas, com isso os carros-pipas abastecem com irregularidades. O rio São Francisco não fica tão próximo (essa comunidade não está situada às margens do Velho Chico). Há desmatamento e queimadas, causadas também por pessoas da comunidade que não têm consciência, com isso o solo fica fraco dificultando o plantio para a sobrevivência.

No que se refere à educação, as crianças estudam em uma escola distante da comunidade, bebem água salobra, de cisterna, abastecida pelo exército, a merenda quando

¹⁰ Ceará: Ambientalistas se movimentam e alertam contra cultivo do nim indiano. Disponível em: <http://www.painelflorestal.com.br/noticias/ceara-ambientalistas-se-movimentam-e-alertam-contra-cultivo-do-nim-indiano>. Acesso em: 29 de abr. de 2016.

tem é de baixa qualidade (biscoito, suco), parte dos professores são de Bom Jesus da Lapa e duas são da comunidade. Essas buscam trabalhar os aspectos da cultura quilombola, mas sabem que precisam de formação para as professoras de fora da comunidade. Não há um prédio escolar cuja edificação atenda aos critérios do FNDE e o que é mais grave, a proteção é feita de arame farpado, **figuras 11 e 12**. Foram feitas várias queixas e nada resolveu até então, segundo a professora Das Neves.



Figura 11: Escola da Comunidade Bebedouro. Cerca de arame farpado.



Figura 12: Escola quilombola em Bebedouro. Detalhe da cerca de arame farpado.

Não há posto de saúde e ambulância, apenas uma agente de saúde para toda a comunidade, quando deveriam ser duas. Para marcação de exame é preciso se deslocar para Bom Jesus da Lapa, não pode ser por telefone, em transporte pago, uma vez que não são atendidos pela prefeitura. Muitas vezes a viagem é perdida, pois há um número reduzido de fichas para todos que precisam, não atende à demanda. Em caso de emergência de saúde, parto, não adianta pedir que uma ambulância, quando a associação reclama ouve dos gestores que, basta pedir que é atendido, disse dona Mariflor, moradora.

Na associação há o grupo de mulheres que trabalham na confecção de artesanato, **figura 13**, variado, panos de pratos, flores, tricô, crochê, doces artesanais das fruteiras locais, contudo, encontram dificuldade de transporte para a comercialização na cidade de Bom Jesus da Lapa e apoio da prefeitura para que possam participar de feiras.



Figura 13: Grupo de Mulheres. Produtos artesanais.

6.3. Comunidade Peroba

A Comunidade Quilombola Peroba está localizada em um território difuso, distante cerca de 120 km de Bom Jesus da Lapa, o acesso é bem difícil, sem estrada, talvez seja a comunidade cujas famílias estão mais isoladas entre si. O acesso à água para o con-

sumo acontece por meio exclusivamente de carro-pipa do exército ou de chuva, não chove há muito tempo e o rio São Francisco fica há mais de 100 km, em Bom Jesus da Lapa, para os animais é do poço artesiano. Todos comentaram da qualidade da água é salobra, mas que não há outra, conforme Ernesto, o atual presidente da associação. Em outras épocas era possível plantar e colher de tudo um pouco, melancia, mandioca, arroz, milho, para o sustento das famílias, com a seca cada vez mais severa, tudo é comprado, até a farinha e o feijão. A casa de farinha está desativada há alguns anos, **figura 14**.

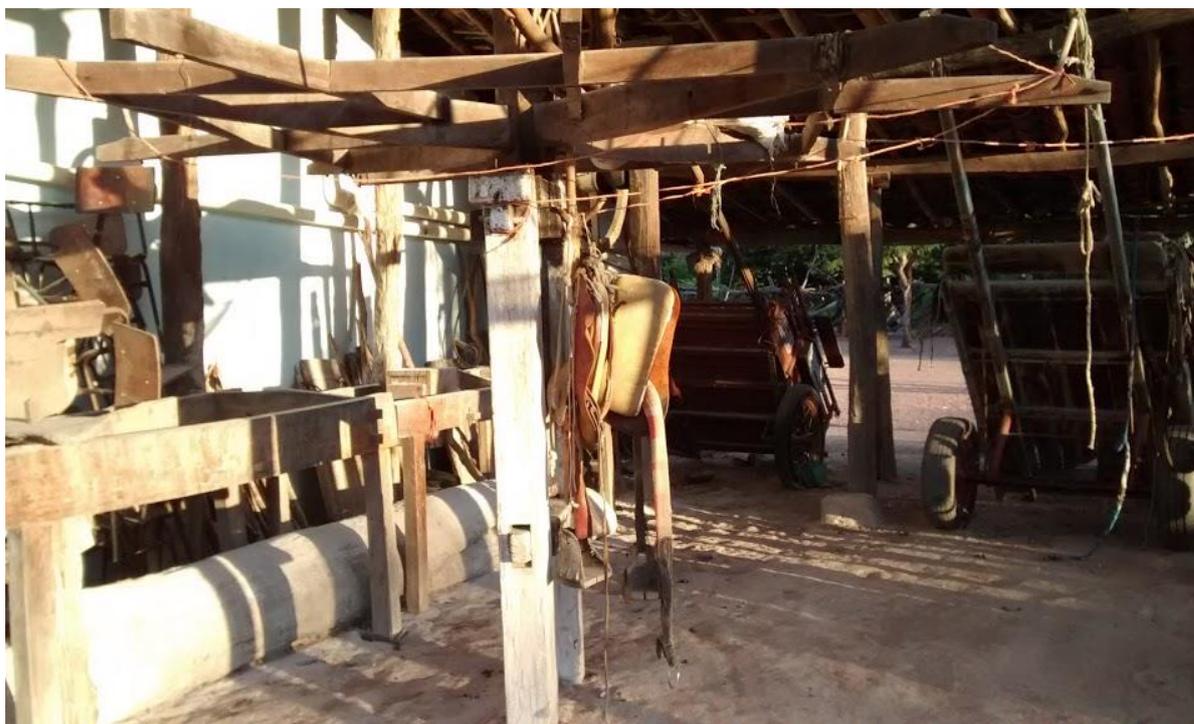


Figura 14: Casa de farinha inoperante por falta da mandioca.

A escola é considerada boa, os professores são bastante interessados pela cultura quilombola, embora todos sejam da cidade, informa Quesiane, técnica da Secretaria de Educação do município de Bom Jesus da Lapa, que ensinou durante dois anos nessa comunidade. Há uma pequena hortinha na escola para a merenda, mas os professores contribuem para reforçar a alimentação. Nenhuma pessoa de Peroba estudou o magistério, daí não poder dispor de professor quilombola, e não há até o momento como isso acontecer devido à dificuldade de acesso. Na família visitada, a maioria é composta por adultos e poucos jovens (homens) analfabetos ou com baixa escolaridade.

As terras do território estão com fazendeiros, mas segundo dona Mariinha, moradora da comunidade, não há conflito porque o Incra ainda não realizou a visita para cadastrar as comunidades e medir a terra. Também não sabe quando isso vai acontecer, o Incra demora para resolver, quando a associação pede uma posição tem como resposta que depende de Brasília.

Os mais jovens comentaram que não tem corte de árvore, apenas quando necessário para uma cerca e para fazer casa, e que não há queima para roça porque nada é plantado devido à seca. As casas têm energia do Programa Luz para Todos. Nenhuma família foi contemplada com o Programa Minha Casa Minha Vida Rural, todas as moradias são de taipa oferecendo riscos à saúde com a aproximação de barbeiros, vetores para a Doença de Chagas.

Embora não tenha sido conversado com os motivos, os presentes à atividade comentaram que não preservam e desenvolvem nenhuma manifestação cultural, celebração de datas religiosas, dia da consciência negra nessa comunidade, mas que participam em outra comunidade das festas juninas e de Nossa Senhora da Conceição. Esse foi um aspecto que chamou a atenção, pois o território está relacionado com as tradições e heranças ancestrais cultivadas pelas gerações que seguem.

6.4. Comunidade de Barra de Parateca

O território de Barra de Parateca com 401 famílias pertence ao município de Carinhanha, distante a 30 km. Os registros informam que a comunidade é um distrito, possui quilombolas e posseiros. “O território é composto por 45 imóveis rurais e 25 proprietários e posseiros” (Incra, 2015). Certificada em 2006 a comunidade de Barra de Parateca, está com o processo bastante adiantado, o relatório antropológico já foi publicado no Diário Oficial da União, a fase que segue é a de contestação dos fazendeiros no prazo de até 90 dias.

Às margens do São Francisco, a comunidade encontra na pesca artesanal um meio de sobrevivência que somada à agricultura familiar em pequenas roças nas vazantes, lameiros e nas ilhas do rio, com o plantio de milho, feijão e mandioca garantem a subsistência. Verificou-se duas áreas para o plantio de feijão, milho..., a produção de uma fica para a igreja evangélica, **figura 15**, que, segundo o pastor é revertido para a comunidade e a outra é coletiva, **figura 16**, no caso dos que plantam no sistema de cooperativa.



Figura 15: Plantio de feijão destinado à igreja.



Figura 16: Plantio de feijão e milho destinado aos agricultores que plantam.

O território da Barra de Parateca foi palco de inúmeros conflitos intensos entre comunidade e grileiros que acabaram expulsando muitas famílias, a ponto de haver intervenção do MP/Federal:

A fim de obter a regularização fundiária das terras ocupadas pela comunidade quilombola de Barra do Parateca, no município de Carinhanha (BA), a 899 km de Salvador, o Ministério Público Federal (MPF) em Guanambi

(BA) ingressou com uma ação civil pública contra o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Fundação Cultural Palmares e a União. O MPF pede concessão de liminar determinando que o Incra conclua, em no máximo um ano, o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes da comunidade quilombola (Procuradoria da República na Bahia).

Embora a comunidade tenha pouco tempo de luta pelo fortalecimento do território, no que diz respeito o acesso à terra, e aos equipamentos sociais, de educação, bem como para a agricultura familiar e saúde, a comunidade está indo bem, pois possui a escola quilombola, **figura 14**, cujo prédio e instalações deve atender as normas do FNDE. Quanto à educação contextualizada, esta é trabalhada com alguma fragilidade pelos professores, não consta tão amplamente no Projeto Político Pedagógico – PPP. Outros aspectos, por exemplo, relacionados à cultura, está inserido de forma relativa, há uma forte influência da igreja evangélica na dança, música, devoção católica.



Figura 14: Escola quilombola – Barra do Parateca.

A comunidade possui duas casas de farinha, **figura 15**, com funcionamento precário e uma ainda em implantação, elétrica, bem maior e com boa estrutura. Os produtos a partir do plantio, além de contribuir para a segurança alimentar, fortalece a agricultura familiar e são comercializados na feira livre em Carinhanha. Possui posto de saúde, uma ambulância e duas agentes de saúde da comunidade.



Figura 15: Casa de farinha.

É importante destacar que na Bahia, a Comunidade Remanescente de Quilombos Rio das Rãs, significa um símbolo da luta e resistência para todas as comunidades quilombolas não apenas no Território do Velho Chico, senão nos demais territórios do Estado da Bahia e na BHSF de forma ampla. Comenta uma liderança de Parateca que a primeira associação quilombola para a organização das lutas e reivindicação foi criada em Rio das Rãs com o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT e dos movimentos negro.

O acesso à terra pelas comunidades remanescentes, está intimamente relacionado à questão agrária brasileira, que incide diretamente na propriedade da terra e sua estrutura fundiária (Adaptado de Gildene Soares Carvalho). Neste sentido a formação dos quilombos no Brasil faz parte de um histórico de luta e resistência relacionada à questão agrária brasileira pelo direito à terra garantido culturalmente pelos antepassados.

Foi extraído junto aos gestores municipais, federal, associações e associados e representação das comunidades quilombolas no Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, que nos últimos 13 anos a partir da criação do decreto, seriam alavancados os processos legais intermediários até a desintrusão da terra, com consequente regularização fundiária e titulação definitiva, o que não vem ocorrendo.

Conforme consta no RT 4, essa é uma realidade ainda muito distante, se considerar que apenas duas comunidades quilombolas conquistaram esse direito, Rio das Rãs (Bom Jesus da Lapa) e Mangal Barro Vermelho (Sítio do Mato), e duas a titulação parcial, Pau D'arco Parateca (Malhada) e Jatobá, (Muquém do São Francisco). Para

Florisvaldo remanescente do quilombo Cariacá, e Secretário da Reparação e Igualdade do Município de Bom Jesus da Lapa, embora o decreto tenha animado, trazido esperança, a concretização não tem acontecido.

Das comunidades visitadas, todas estão certificadas pela Fundação Palmares, algumas com processos abertos para os passos seguintes, o que se dá junto ao Incra, outras dependentes da organização da comunidade por meio de suas associações para requerer participação. Florisvaldo acrescenta que a sua pasta vem sendo um ponto de apoio e de orientação por não ser a função precípua. Há casos em que a comunidade quilombola foi cadastrada como assentamento pelo Incra em ocasiões remotas, por ocasião da Programa Especial de Colonização – PEC iniciado em 1975, quando da criação do município de Serra do Ramalho¹¹.

Poucas são as comunidades que não vivem situações de conflitos com os fazendeiros e muitas vezes esses problemas ocorrem intracomunidade por dificuldade de organização e disputas com as lideranças. Situações de violência contra essas comunidades não difere do que são direcionadas a qualquer outra, na etapa 1 foi detectada os mesmos enfrentamentos, embora haja territórios onde essa situação está latente. Geralmente ocorre quando o processo está na fase de certificação, o que geralmente dura muitos anos, deixando a impressão demais vai acontecer.

Esses são alguns dos motivos para o que a comunidade chama de desmando (desmatamento, plantio de capim para o gado, poluição e contaminação de rios, córregos, nascentes, lagoas, o cercamento em torno das casas para impedir o ir e vir, a aplicação de veneno para matar as pragas do capim próximas às residências, ameaças cotidianas, entre outros). Raramente as queixas dadas à polícia, órgãos ambientais, à Conaq encontram respostas que dê fim à violência enquanto os territórios não forem titulados e entregues às comunidades.

Outro conflito surge da falta de perspectiva de trabalho e renda, principalmente, para os mais jovens acabam indo trabalhar nessas mesmas fazendas quando não se deslocam outros estados em período de colheita. Os fazendeiros muitas vezes incutem

¹¹ O município de Serra do Ramalho originou-se do assentamento das famílias ocorrido com a construção da barragem de “Sobradinho”, alagando as cidades de Casa Nova, Remanso, Sento Sé, Pilão Arcado e Xique Xique. No dia 13/05/1975 foi criado o PEC’SR – Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho pelo INCRA, com o objetivo de assumir a transposição das 1.800 famílias e os “sem terra” de várias partes do país, distribuídos em 23 agrovilas. A história e a geografia de Serra do Ramalho. <http://serradoramalhoba.com.br/?p=10>.

nas cabeças dos empregados que as associações, suas lideranças vão tomar a terra de todos e outros mecanismos de medo em cima dos jovens.

Situações essas que vem gerando a divisão na comunidade, pois, enquanto, há famílias que lutam pela posse da terra, há as que estão sendo induzidas às intencionalidades dos ocupantes dessas mesmas terras quilombolas, para a desestabilização comunitária e o não alcance do objetivo. Informa a representante de Barrinha (Bom Jesus da Lapa) que o uso de álcool por jovens é maior entre os que estão nas fazendas, esse é outro fator de preocupação, pois os jovens são importantes para a continuidade da memória ancestral. Da forma que vai não há distinção entre ser negro quilombola ou não, completa.

Uma reclamação é geral, a morosidade da Fundação Palmares e principalmente do Incra, órgão responsável pela continuidade do processo, após a certificação pela primeira instituição faz com que os remanescentes tenham uma vida de embate com os fazendeiros. Outro aspecto negativo para as comunidades são as dificuldades para o acesso às políticas, sociais, saúde, educação, geração de trabalho e renda que entre outros poderia contribuir para a melhoria da qualidade de vida se diferente, caso a condução para a implantação fosse mais célere.

Questões ambientais identificadas nas comunidades:

Desmatamento, principalmente para a pecuária;

Áreas protegidas: destruição e poluição de manguezais, sem fiscalização;
--

Assoreamento do rio São Francisco;

Lagoas marginais secas pelos fazendeiros;

Insegurança alimentar;

Terras ocupadas por fazendeiros, terras da União e que por direito ancestral pertence aos quilombolas;
--

Realidade povoada de conflitos constantes decorrente da ação dos fazendeiros;

Perda de preservação da história;

Famílias contempladas pela Bolsa Verde praticam a queima do lixo porque não há
--

coleta;

Tentam trabalhar dentro da realidade do território. Na escola os professores abordam a questão ambiental, a importância da preservação e recuperação da vegetação, das árvores nativas, das lagoas. Mantém uma horta orgânica escolar para a alimentação e canteiros medicinais para as aulas vivas/a céu aberto. Buscam conhecer como se usa uma planta, raiz, caule, casca, folhas, flores, saber distinguir a idade de uma árvore;

Reconhecem que há pouco investimento em atividades sobre os costumes e o modo de viver da comunidade. Isso é educação quilombola. Trabalhar a cultura quilombola em relação ao meio ambiente, religiosidade, conhecer e praticar. Apesar das limitações, estão buscando seguir a contextualização quilombola.

7. PERCEPÇÃO DO CONTEXTO

De maneira geral o que pode ser percebido é que a política voltada para o autorreconhecimento dos remanescentes de quilombo foi o passo mais estruturante para a população negra rural descendente de pessoas escravizadas, passem a reconhecidas como pessoas de direito legítimo e a partir daí, acessar os programas afirmativos. É unânime o reconhecimento de que o governo Lula foi preponderante para colocar em prática construído na CF/88 pelos diversos segmentos dos movimentos sociais.

Nessa mesma ideia, também são apontadas as lacunas para a concretização das políticas seja pelos governos, seja pela pouca articulação que ainda existe nas comunidades. Muitas não conhecem seus direitos e ou quando conhecem, enfrentam barreiras, por exemplo, nas prefeituras responsáveis pela intermediação, tendo em vista a consecução das ações de educação quilombola e saúde.

De certo modo, a forma de sobreviver é específica em cada comunidade, se é mais ou menos estruturada, em seu contexto comunitário que somado ao processo em que se encontra o acesso à terra, contribui para a melhor organização. A maioria, continua na fase de certificação, o processo no Incra tem sido bastante demorado, um dos argumentos é que são apenas cinco antropólogos para o Estado da Bahia, que possui um número elevado de comunidades reconhecidas.

8. COMENTÁRIOS

As atividades que originaram este relatório atenderam satisfatoriamente a proposta do levantamento das informações das ações em comunidades remanescentes quilombos no Estado da Bahia (Etapa 2), região do Médio São Francisco/Território de Identidade – Velho Chico, sobre meio ambiente e qualidade de vida; educação; saúde; educação ambiental; social; acesso à terra e à água; habitação; infraestrutura e cultura.

O resultado das visitas técnicas demonstrou que o acesso aos programas de efetivação das políticas públicas está longe de ser efetivado em escala e qualidade, iniciando pelo acesso à terra, o passo central para a conquista e legitimação da territorialidade.

Nesse bojo estão os processos de educação quilombola, primordial no afloramento, recepção e afirmação de pertencimento da ancestralidade quilombola. Acreditando que os processos educativos são capazes e possíveis de contribuir para o enfrentamento das contradições, notadamente no que diz respeito à precariedade das condições de saúde pela ausência da atenção básica e integrada, verificado nas comunidades.

Nessa direção foi evidenciado o estado da arte, também, dos aspectos de habitação, segurança hídrica e alimentar, infraestrutura que inclui vias de acesso à eletrificação atendido dentro do possível, comunicação precária em Peroba que está mais isolada e distante da sede do município. Em comunidades as vias de acesso são muito ruins e transporte não existe ou são frutos arranjos na comunidade que custam muito.

Convém observar que os aspectos ambientais correm na esteira dos demais discutidos nas várias etapas deste relatório e um deles, a regularização fundiária, realçado pela especificidade para o pertencimento do território sem o qual as comunidades ainda se encontram impossibilitados de exercer o protagonismo na recuperação e preservação do meio ambiente, o qual está bem degradado, uma herança negativa dos fazendeiros.

Os aspectos abordados no levantamento sinalizaram para o significado histórico do reconhecimento, a partir da Constituição/88, à auto identificação enquanto remanescentes quilombolas. Daí para a implantação e implementação da política e dos programas tem-se um largo horizonte e intervalos, no caso das comunidades participantes do estudo, pois o processo para a titulação segue um ritmo, cujos resultados estão aquém do reivindicado

pelos remanescentes quilombolas.

Embora o quadro revelado não tenha sido de grandes avanços até os dias de hoje, há grande significado as conquistas adquiridas, ratificando, principalmente, no governo Lula. Do que foi implantado há muito a ser melhorado, de formas a cumprir o que está na lei sobre as comunidades remanescentes de quilombo.

9. REFERÊNCIAS

-----, Quilombolas. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombolas>. Acesso em: 24 de mar.de 2016.

A história e a geografia de Serra do Ramalho. Disponível em: <http://serradoramalhoba.com.br/?p=10>. Acesso em: 22 de mar. 2016.

ATO CONVOCATÓRIO 022/2014. Disponível em: http://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ATO-022_2014-BOM-JESUS-DA-LAPA-RIO-DAS-RAS-08_09_2014.pdf. Acesso em: 26 de mar. de 2016..

Blog da Cultura. Disponível em: <https://plugcultura.wordpress.com/tag/territorios/>. Acesso em: 20 de mar. de 2016.

Comunidade Quilombola Mesquita. Disponível em: http://ancestralidadeafricana.org.br/?page_id=132. Acesso em: 18 de mar. de 2016.

Comunidades quilombolas reconhecidas no Brasil. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/comunidades-quilombolas-reconhecidas-no-brasil/41057/>. Acesso em: 310de mai. de 2016.

Comunidades Quilombolas. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>. Acesso em 24 de abr. de 2016.

COSTA, Ivan Rodrigues. CONAQ: Um Movimento Nacional dos Quilombolas. Disponível em: <http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/identidade>. Acesso em:24. 23 de mar. de 2016.

Dinâmica do barbante. Disponível em:

<http://www.biomania.com.br/bio/conteudo.asp?cod=3734>. Acesso e, 15 de mai. de

2016.Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.

<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=83>. Acesso em: 29 de mar. de 2016.

Quilombolas. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombolas>. Acesso em: 29 de mar. 2016.

Territórios de Identidade. Disponível em:

<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em: 20 de mai. De 2016.

ANEXOS

Anexo 1: Agenda das visitas técnicas



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

SEPN 505 - Bloco "B", Térreo, ED. Marie Prendi Cruz. Brasília/DF. CEP: 70730-542

TELEFONE: 61-2028-2046

Assunto: Agenda - Levantamento das informações nas comunidades remanescentes quilombolas da BHSF, no Estado da Bahia (Etapas I e II).

Estimados,

Conforme entendimentos anteriores, socializamos a agenda consolidada, tendo em vista o levantamento das ações do governo federal "Programa Brasil Quilombola" - PBQ (anexo) em Comunidades Remanescentes de Quilombos da bacia do São Francisco, Estado da Bahia, com apoio da Câmara Consultiva Regional - CCR/Médio São Francisco, Secretaria de Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa, Codevasf, Inbra e Seagri, no período de **20 a 29/02 (Etapa I) e 01 a 05/03 (Etapa II)**, conforme segue:

AGENDA/ROTEIRO	PERÍODO: 01 a 05/03/16			Etapa II
COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DATA	APOIO	ESTADO
Rio das Rãs	Bom Jesus da Lapa	01/03	Inbra	A realizar
Peroba	Bom Jesus da Lapa	01/03	Inbra	A realizar
Bebedouro	Bom Jesus da Lapa	02/03	Inbra	A realizar
Araçá/Volta	Bom Jesus da Lapa	02/03	Sec. Ig.Racial	A realizar
Boa Vista Pixaim / Fazenda Grande	Ibotirama	03/03	Inbra	A realizar
Barra do Parateca	Carinhanha	04/03	Inbra	A realizar
Tumé Nunes	Malhada	05/03	Inbra	A realizar

Aspectos a serem identificados no âmbito do PBQ:

- Meio ambiente	- Educação Quilombola	- Saneamento
- Acesso à terra	- Saúde	- Programa sociais
- Acesso à água	- Segurança alimentar	- Cultura
- Habitação	- Infraestrutura	- Educação Ambiental
Também conhecer a cultura tradicional e sua preservação (artesanato, culinária, religiosidade, festividades, benzedeiiras, outros).		

Desde já agradecemos pelo apoio.

Saudações,

Dal Bezerra

PRSF/DRB/SRHU

Anexo 2: Questionário

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO
SEPN 505 - Bloco "B", Térreo, ED. Marie Prendi Cruz. Brasília/DF. CEP: 70730-542
TELEFONE: 61-2028-2046

Assunto: Levantamento de informações sobre a realidade nas comunidades remanescentes quilombolas da BHSF, no Estado da Bahia: meio ambiente; acesso à terra; acesso à água; habitação; educação quilombola; saúde; segurança alimentar; infraestrutura; cultura; programas sociais.

Solicitamos a gentileza de responder para ser entregue no dia da visita técnica em sua comunidade.

1. Nome da associação da comunidade. Associação de Moradores de Água Fria (AMAFIA) município de Serra do Ramalho.
2. Ano de criação: Fundada em 1995
3. Nome do presidente: Paulo Batista Lima
4. Números de associados: 49 sócios
5. Número de famílias na comunidade: 60 famílias
6. Número de jovens (aproximado): 38 jovens
7. Ano da publicação da RTID:
8. Estágio em que se encontra para a titulação: Em processo no INCRA
9. Pontos positivos e negativos das condições ambientais:
Positivos: Ainda tem matas, lagoas com peixes, jacarés, capivaras e outros animais silvestres.
Negativos: Desmatamentos e queimadas, caça e pesca predatórias principalmente por pessoas vindas de fora.
10. Pontos positivos e negativos sobre as condições de educação quilombola:
Positivos: Trabalho de conscientização, muitos alunos assumem sua raça.
Negativos: Falta de profissionais especializados na área, capacitação para professores, apoio da secretaria de educação e governo municipal.
11. Pontos positivos e negativos das condições de saúde:
Positivos: vacinação
Negativos: Não temos acompanhamento de agentes de saúde, muita dificuldade nas consultas em geral, falta de atendimento de emergência, posto de saúde na comunidade.
12. Pontos positivos e negativos das condições de acesso à água:

Positivos: Temos um posto artesiano que abastece a comunidade mesmo a água sendo salgada é a única que temos.

Negativos: Temos uma obra de auto custo, mas está parada nunca fizeram a ligação já fomos a prefeitura reivindicar, na condevasf e nada.

13. Pontos positivos e negativos das condições ambientais na comunidade:

Positivos: Temos um grupo que ajuda muito com palestras, pessoas que tem suas hortas, grupo de mulheres, grupo de jovens.

Negativos: Desmatamento por pessoas de fora, queimadas, todo ano aparece o fogo do nada. A comunidade juntamente com o grupo NGA associação já denunciemos várias vezes e não foi feito nada.

14. Pontos positivos e negativos das condições dos Programas Sociais:

Positivos: Bolsa família, bolsa verde, seguro pesca, garantia safra.

Negativos: falta incluir algumas famílias

15. Pontos positivos e negativos das condições de segurança alimentar:

Positivos: Pequenas hortas, plantas frutíferas, pescam, pequena agricultura e criação de animais de pequeno porte.

Negativos: Não tem supermercado, padaria tudo é comprado fora.

16. Pontos positivos e negativos das condições ambientais na comunidade:

Positivos: Tem um grupo de conscientização, após este grupo as coisas tiveram bastante desenvolvimento.

Negativos: Queimada, caça e pesca predatória.

17. Pontos positivos e negativos das condições de habitação (Minha Casa Minha Vida). Qual a demanda? Quantas foram construídas?

Positivos:

Negativos: Não fomos beneficiados com nenhum projeto do minha casa minha vida porém existem famílias na nossa comunidade que ainda moram em casas de taipa e precisa de reforma nas casas com sanitários porque muitos ainda usam céu aberto.

18. Pontos positivos e negativos das condições de infraestrutura (saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social:

Positivos: Já temos energia elétrica em todas as casas, internet na escola colocada recentemente.

Negativos: Não temos sanitário em todas as casas, água tratada, estradas.

19. Pontos positivos e negativos das condições de preservação da cultura quilombola. Religiosidade de matriz africana. Festividades. Benzedeadas. Culinária.

Positivos: As nossas tradições continuam, ainda temos benzedeadas, samba de roda, culinária como: (canjica, bolo de milho, cuscuz, tapioca, bejú, farofa, mandioca, etc.) festejamos Nossa Senhora de Fátima a padroeira da comunidade, guardam os dias santos. Ainda temos roda de capoeira trabalhada na escola,

cantiga de roda, etc.

Negativos: não temos um espaço adequado para as apresentações e manifestações culturais.

20. Pontos positivos e negativos das condições de preservação do artesanato originário da cultura ancestral:

Positivos: Têm muitos artesanatos, crochê, esteira, balaio, pote de barro, tapete de retalho, tralha de pesca, etc.

Negativos: Falta de condições financeiras e apoio para saída dos produtos.

21. Influência para a subsistência do rio São Francisco ou de seus afluentes no dia-a-dia da comunidade

Positivos: Conscientização para o não desmatamento das margens, fiscalização do grupo do bolsa verde onde há desmatamento, lixo.

Negativos: Não temos apoio dos órgãos competentes que ajude nestes trabalhos.

22. Pontos positivos e negativos das condições de acesso à internet (telecentros, outros):

Positivos: Na escola já tem wi-fi e é usado por toda a comunidade.

Negativos:

23. Pontos positivos e negativos das condições de acesso a cursos para jovens e mulheres:

Positivos: Já temos quatro alunos fazendo Educação do Campo através do movimento.

Negativos: Está muito pouco o acesso a faculdades, nunca tivemos oportunidades de cursos para jovens e mulheres.

24. O que é ser quilombola (três frases): É ter orgulho do que somos, É preservar as nossas raízes, É lutar por igualdade e direitos.

25. Outros que queira acrescentar:

:

Saudações quilombolas,

Adalcira

Programa de Revitalização da BHSF – Educadora Ambiental

Email: dalbezerra@hotmail.com

Anexo 3: